



CASA DA CRIANÇA MEIMEI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
com relatório dos auditores independentes

CASA DA CRIANÇA MEIMEI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025.

CONTEÚDO

- I. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**
- II. BALANÇO SOCIAL**
- III. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**
- IV. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL**
- V. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores e Conselho fiscal da
CASA DA CRIANÇA MEIMEI ("Entidade" ou "Meimei")

Campinas – SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **CASA DA CRIANÇA MEIMEI**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, bem como o resumo das políticas contábeis materiais e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos apresentados na seção intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CASA DA CRIANÇA MEIMEI** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas e de acordo com a Interpretação Técnica ITG-2002 (R1) – Entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras

Saldos iniciais

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, não foram por nós ou por outros auditores independentes auditados, portanto não emitimos uma opinião sobre esses saldos. Os procedimentos requeridos pela NBC TA 510 (R1) – Trabalhos iniciais – Saldos Iniciais e as análises desenvolvidas, decorrentes de uma primeira auditoria, sobre transações e valores que compõem os saldos de 31 de dezembro de 2024, não foram suficientes para assegurar que tais saldos não tenham efeitos relevantes sobre o resultado do exercício, patrimônio líquido e fluxos de caixa, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Subvenções – Saldos ativos e passivos

De acordo com a nota explicativa nº 5 - "Subvenções, Convênio e Contratos Públicos", a Entidade apresenta os montantes de R\$584 e R\$194, no ativo circulante e passivo circulante, respectivamente. A Administração não nos apresentou controles e documentação comprobatória adequada e suficiente para que pudéssemos obter segurança razoável sobre os respectivos saldos em 31 de

dezembro de 2025. Nesse sentido, não nos foi possível, nas circunstâncias, realizar procedimentos alternativos de auditoria que nos possibilitasse opinar quanto aos referidos saldos e seus possíveis impactos no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Recuperação de despesas – retificação de erro

Conforme a nota explicativa 8a – Receitas de contratos, doações e aplicação de recursos, a Entidade apresenta o reconhecimento de R\$ 460 mil, a título de recuperação de despesas, provenientes de ajustes realizados ao longo do exercício, sobre valores que são referentes a exercícios anteriores, não se utilizando da seção 10 - Políticas Contábeis, Mudança De Estimativa E Retificação De Erro, da norma NBCTG-1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, onde determina que a retificação de erro seja realizada no exercício de origem mediante reapresentação dos valores correspondentes no exercício comparativo em questão, portando o Superávit do exercício está a maior em R\$ 460 mil em 31 de dezembro de 2025.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Responsabilidades da administração e pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas e conforme interpretação técnica ITG2002 (R1) – Entidades sem fins lucrativos e, pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a

Diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa

opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 06 de abril de 2026.



Audcorp Auditoria e Assessoria S/S
CRC 2SP023426/O-0

Jose Augusto Barbosa
CRC1SP120808/O-6

Diego Fernando Monteiro de Sousa
CRC1SP258545/O-3

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CASA DA CRIANÇA MEIMEI

Demonstrações do resultado Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024 (não Auditado)
Receitas De Contribuições E Doações		97	96
Promoções E Eventos		112	76
Receitas Patrimoniais		-	3
Voluntariado		7	7
Recuperação de despesas		560	-
Outras Receitas		280	189
Receitas Financeiras		386	286
Receitas Recursos Próprios	8a	1.443	657
Recursos De Subvenção / Co-Financiamento / Convênios		4.160	3.535
Recursos De Parcerias Com Entidades S/ Fins Lucrativos		-	53
Receitas Recursos Incentivados E Benefício Fiscal	8b	4.160	3.588
BENEFÍCIO FISCAL USUFRUIDO		609.979	537.725
TOTAL RECEITAS		615.583	541.970
(-) Despesas Empregatícias		224	71
(-) Despesas Operacionais		492	327
(-) Serviços Operacionais E Administrativos		36	18
(-) Despesas Administrativas		88	101
(-) Impostos E Taxas		7	6
(-) Despesas Financeiras		1	2
(-) Depreciação E Amortização		102	64
Despesas Recursos Próprios	8c	949	589
(-) Despesas Empregatícias		2.751	2.601
(-) Despesas Operacionais		739	725
(-) Serviços Operacionais E Administrativos		189	151
(-) Despesas Administrativas		68	58
Despesas Recursos Incentivados	8c	3.747	3.535
(-) Despesas Empregatícias		-	23
(-) Despesas Operacionais		-	6
(-) Serviços Operacionais E Administrativos		-	25
Despesas Recursos Parcerias e entidades sem fins lucrativos		-	53
(-) Benefício Fiscal Usufruído	8c	609.979	537.725
TOTAL DESPESAS		614.675	541.902
(DÉFICIT) OU SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		907	68

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CASA DA CRIANÇA MEIMEI

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Superávit exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023 - Não auditado	6.266	346	6.612
Superávit líquido do exercício	-	68	68
Transferência de superávit de recursos sem restrição	346	(346)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024 - Não auditado	6.612	68	6.680
Superávit líquido do exercício	-	907	907
Transferência de superávit de recursos sem restrição	68	(68)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	6.680	907	7.587

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CASA DA CRIANÇA MEIMEI

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	2025	2024 (não Auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	907	68
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Ajuste imobilizado	(344)	-
Baixa Imobilizado	91	-
Depreciação e amortização	102	64
	756	132
Aumento/diminuição em Subvenções e outras contas a receber	292	2.344
Aumento/diminuição em obrigações tributárias	1	-
Aumento/diminuição em obrigações trabalhistas e previdenciárias	38	15
Aumento/diminuição em obrigações trabalhistas sociais	16	9
Aumento/diminuição de subvenção/parcerias e convênios	(1.131)	(2.458)
Disponibilidades líquidas geradas	(28)	42
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Compras de imobilizado	(16)	(23)
Disponibilidades líquidas geradas	(44)	19
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.275	3.256
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.231	3.275
(Diminuição)/aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	(44)	19

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto Operacional

A entidade **CASA DA CRIANÇA MEIMEI CNPJ- 46.043.063/0001-26** é pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de fins não econômicos e tem por finalidade:

- a) oferecer Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, de acordo com as metas e diretrizes do Plano Nacional de Educação e padrões mínimos estabelecidos pelo Ministério de Educação;
- b) oferecer ações de apoio sócio familiar aos grupos familiares das crianças que estiverem frequentando a entidade, durante o período fixado pelo Regulamento Interno;
- c) oferecer oficinas, cursos e espaços às mães, pais ou responsáveis legais, com o objetivo de potencializar o grupo familiar e propiciar o fortalecimento dos vínculos sócio afetivos entre criança e família, bem como atividades culturais, artísticas e esportivas; e
- d) manter instalações adequadas, recomendadas pela legislação vigente, para o atendimento correspondente atendimento correspondente aos itens a, b e c.

Todos os serviços prestados pela Casa da Criança Meimei, para os seus assistidos, serão permanentes e gratuitos e no desenvolvimento de suas atividades a associação não fará distinção alguma, entre seus assistidos, quanto à raça, sexo, cor, condição social, credo político ou religioso.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas ("PMEs"), conforme pronunciamento técnico CPC PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1) - Entidades sem Fins Lucrativos.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, especificamente a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC ITG 2002 (R1), relativa a entidades sem finalidade de lucros.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

(b) Base de preparação e pressuposto de continuidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal das operações da Entidade e com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir e vêm sendo aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados.

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 06 de abril de 2026.

3. Políticas Contábeis Materiais

Os custos, as despesas e as receitas da Instituição foram apropriados em obediência ao regime de competência do exercício, e os direitos e obrigações foram classificados em ordem decrescente de realização e exigibilidade respectivamente, sendo aqueles vencíveis até o exercício seguinte classificados no Circulante, enquanto que os que irão vencer após o término do exercício subsequente, foram classificados no Não circulante.

Os recursos financeiros provenientes de subvenções governamentais, convênios e parcerias com Entidades sem Fins Lucrativos que estejam sujeitos a prestação de contas, são contabilizados em conta específica no passivo, e após a prestação de contas os recursos utilizados são reconhecidos como receitas.

As receitas geradas pela prestação de contas dos recursos utilizados foram contabilizadas em grupo específico de receita, segregadas dos recursos próprios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024 (não auditado)
Caixa	1	-
Bancos conta movimento	8	9
Aplicações financeiras	3.222	3.266
Total	3.231	3.275

As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor da aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do o Balanço, com base no regime de competência.

5. Subvenções, Convênio e Contratos Públicos

(a) Saldos Ativos

	2025	2024 (não auditado)
SME - Secretaria Municipal da Educação	446	734
FMDCA	138	190
Total	584	924

(b) Saldos Passivos

	2025	2024 (não auditado)
SME - Secretaria Municipal da Educação	68	1.110
FMDCA	126	215
Total	194	1.325

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais)

6. Imobilizado

	Terrenos	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Equipamentos Musicais	Edifícios e Instalações	Equipamentos Informática	TOTAL
31 de dezembro de 2023 (não auditado)	3.232	93	98	2	585	10	4.020
Adições	-	18	2	-	-	5	25
Baixas	-	-	(3)	-	-	-	(3)
Depreciação exercício	-	(26)	(2)	(1)	(30)	(5)	(64)
31 de dezembro de 2024 (não auditado)	3.232	85	95	1	555	10	3.978
Adições	-	7	-	-	9	-	16
Baixas	-	(74)	(15)	-	-	(2)	(91)
Ajustes	-	-	-	-	344	-	344
Depreciação exercício	-	(5)	(20)	-	(74)	(3)	(102)
31 de dezembro de 2025	3.232	13	60	1	835	5	4.146
Taxa Depreciação a.a.	-	10%	25%	10%	4%	20%	

Os direitos e obrigações da entidade estão em conformidade com seus efetivos valores reais devidamente atualizados até a data de encerramento das demonstrações contábeis.

A entidade mantém controle analítico do saldo de R\$ 4.146 do seu ativo imobilizado.

7. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	2025	2024 (não auditado)
Salários	94	86
Encargos sobre Folha	45	35
Provisão Férias e encargos	88	51
Total	227	172

8. Receitas de contratos, doações e aplicação de recursos

A) No ano de 2025, a entidade auferiu Receitas Próprias para custeio e manutenção de suas atividades, totalizando o montante de R\$1.055 mil, detalhados abaixo em Reais:

Contribuições e Doações em Pecunia: R\$ 61.163 - Refere-se a valores representados por doações espontâneas de voluntários sensibilizados com a causa da instituição e doações relacionadas para custeio para compra de produtos alimentícios e de higiene pessoal destinados às famílias das crianças atendidas, que se encontram em situação de vulnerabilidade, como medida de responsabilidade social assumida pela Entidade, além das ações previstas estatutariamente;

Mensalidade de Associados - R\$ 36.260 – refere-se a contribuições prevista em Estatuto e regimento interno de pessoas associadas que visam destinar recursos para custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade;

Promoções e Eventos - R\$ 112.439 - Se trata de eventos típicos e tradicionais promovidos pela Entidade com a finalidade de levantar fundos para a manutenção de suas atividades, tais como Bazar, Festa Junina, Culinária, Almoço Beneficente, etc.;

Voluntariado – R\$ 6.628 - referente ao reconhecimento da receita do serviço de voluntariado no ano de acordo com Resolução CFC 1.409/2012;

Recuperação de despesas – R\$ 459.976 – refere-se ao reconhecimento de valores relacionados à recomposição de gastos anteriormente registrados como despesas em exercícios anteriores ou suportados com recursos próprios, os quais não puderam ser compensados à época em razão

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais)

do encerramento do exercício sem saldo suficiente.

Reembolso de despesas – R\$ 635 – trata-se de devolução de dispêndios realizados pela Entidade em nome de terceiros, que posteriormente foram saldados;

Donativo Sanasa – R\$ 47.039 - Refere-se a benefício usufruído com isenção de tarifas de água e esgoto (Lei Municipal 7577/93, 9212/97 e 11432/2002) oferecido pela Empresa Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A do município de Campinas;

Nota Fiscal Paulista – R\$ 104.547 – Refere-se ao programa criado pela Lei nº 12.685/2007, que dispõe sobre o Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo, o qual as entidades sem fins lucrativos se beneficiam do Programa da Nota Fiscal Paulista recebendo créditos de documentos fiscais;

Doações em Espécie de Mercadorias – R\$ 226.947 - Refere-se ao reconhecimento da receita de doações recebidas de natureza diversa, tais como gêneros alimentícios, higiene e limpeza e produtos destinados a venda no Bazar promovido pela Entidade; e

Reembolso de Impostos – R\$ 186 – refere-se à devolução de impostos retidos na fonte sobre serviços tomados, cujo desconto financeiro não foi efetuado pelo prestador.

- B) A Entidade celebrou parcerias com o Município de Campinas por meio de **Termos de Colaboração e Termos de Fomento**, devidamente formalizados em processos administrativos próprios, em conformidade com a **Lei Federal nº 13.019/2014**, alterada pela **Lei Federal nº 13.204/2015**, bem como com a **Constituição Federal**, a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996**, o **Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069/1990**, as **leis orçamentárias e municipais vigentes**, os **decretos regulamentadores** e as **Instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**, além das demais normas jurídicas aplicáveis.

No âmbito da política educacional municipal, foi firmado o **Termo de Colaboração nº 019/2023**, Processo Administrativo **PMC.2023.00002805-29**, com vigência inicial de **01/02/2023 a 31/01/2025**, posteriormente **prorrogada por meio do Termo Aditivo nº 020/2025**, o qual promoveu a extensão da vigência por mais 12 (doze) meses, bem como ajustes financeiros, mantendo-se ratificadas as demais cláusulas do instrumento original.

Adicionalmente, a Entidade celebrou o **Termo de Fomento nº 418/2024**, Processo Eletrônico **SEI PMC.2024.00044623-89**, com vigência de **18 (dezoito) meses**, destinado à execução do **Projeto “Sensibilizando Olhares – Incentivando a Cultura na Primeira Infância”**, contemplado no Edital de Chamamento nº 01/2023, voltado à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, no **Eixo Temático III – Educação**, com recursos oriundos do **Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA**, conforme Plano de Trabalho aprovado.

Também foi firmado o **Termo de Fomento nº 022/2025**, Processo Administrativo **SEI PMC.2024.00097371-81**, com vigência de **06 (seis) meses**, cujo objeto consiste na execução do **Projeto “Intencionalidade Pedagógica nos Espaços Coletivos de Aprendizagens”**, direcionado à qualificação de educadores e ao fortalecimento das práticas pedagógicas na educação infantil, com recursos provenientes do **FMDCA**, indicados por contribuintes do Imposto de Renda, nos termos da legislação vigente.

Por fim, a Entidade celebrou o **Termo de Fomento nº 169/2025**, Processo Administrativo **SEI PMC.2025.00098471-14**, com vigência de **07 (sete) meses**, com o objetivo de executar o **Projeto “Relações Étnico-Raciais e Pertencimento – Abrindo Espaço e Construindo Identidades na Educação Infantil”**, voltado ao fortalecimento do desenvolvimento integral da criança e à promoção da política municipal de proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Todos os ajustes foram executados em estrita observância aos respectivos **Planos de Trabalho aprovados**, aos princípios da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e interesse público**, estando a Entidade responsável pelo adequado gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, bem como pela regular prestação de contas aos órgãos competentes.

O objeto dos Convênios são voltados para a execução, em mútua cooperação, de serviços de atendimento educacional de crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses de idade, matriculadas na Educação Infantil, Primeira Etapa da Educação Básica, em complementação à Rede Municipal de Ensino do Município de Campinas.

Para a execução do programa de Educação Infantil, Primeira Etapa da Educação Básica a Entidade recebeu Subvenções Governamentais no valor de R\$ 3.755.651 (em reais), e os valores aplicados durante o ano gerou uma receita financeira de R\$ 44.015,64 (em reais).

CASA DA CRIANÇA MEIMEI

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais)



C) Beneficiou-se da Isenção do INSS Patronal e PIS sobre Folha de Pagamento no valor de R\$ 609.979 (em reais). Além disso, utilizou recursos próprios no valor de R\$ 949.450 (em reais), perfazendo o custo total de R\$ 5.306.346 (em reais). Como segue:

DEMONSTRAÇÃO DAS FONTES E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	SME	FMDCA	MERENDA ESCOLAR	BENEFÍCIO FISCAL USUFRUÍDO	TOTAL RECURSOS PÚBLICOS	RECURSOS PRÓPRIOS	TOTAL GERAL
RECEITAS	3.545	209	-	-	3.756	1.056	4.811
MERENDA ESCOLAR	-	-	361	-	361	-	361
BENEFÍCIO FISCAL USUFRUÍDO	-	-	-	610	610	-	610
	3.545	209	361	610	4.727	1.055	5.782
APLICAÇÃO FINANCEIRA	44	-	-	-	44	386	430
TOTAL ARRECADADO	3.589	209	361	610	4.771	1.441	6.212
Remunerações e enc. Sociais	2.751	-	-	-	2.751	222	2.973
Materiais e suprimentos	228	102	361	-	691	318	1.009
Serviços de manutenção e reparos	27	21	-	-	48	174	222
Serviços operacionais e administrativos	146	43	-	-	189	36	225
Despesas administrativas	68	-	-	-	68	89	157
Impostos e taxas	-	-	-	-	-	7	7
Despesas financeiras	-	-	-	-	-	1	1
Depreciação/amortização	-	-	-	-	-	102	102
INSS PATRONAL	-	-	-	575	575	-	575
PIS	-	-	-	35	35	-	35
TOTAL DAS DESPESAS	3.220	166	361	610	4.357	949	5.306
SUPERÁVIT EXERCÍCIO	369	43	-	-	414	492	906

No ano de 2025, a Casa da Criança Meimei atendeu todos os alunos integralmente gratuitos, tendo sido admitidos a partir da análise do perfil socioeconômico, nos termos do §3º do art. 18 da Lei Complementar nº 187/2021 e garantindo o atendimento à proporção estabelecida pelo §5º do art. 20 da referida lei, qual seja: no mínimo, 1 (um) aluno cuja renda familiar bruta mensal per capita não exceda o valor de 1,5 (um inteiro e cinco décimos) salário mínimo para cada 5 (cinco) alunos matriculados. Foram atendidos 245 alunos, sendo o custo per capta, o valor de R\$ 21.658 por ano, que foram custeados com 18% de recursos próprios e parcerias com entidades sem fins lucrativos.

Custo Total da Entidade	Valor	%
Recursos Públicos	4.357	82%
Recursos Próprios da Entidade	949	18%
Total	5.306	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais)

Para garantir este atendimento gratuito, a Entidade auferiu receitas próprias e de parcerias com entidades sem fins lucrativos, que foram aplicadas da seguinte forma:

DEMONSTRAÇÃO DA GRATUIDADE	2025		2024 (Não Auditado)	
	RECURSOS PRÓPRIOS E DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	%	RECURSOS PRÓPRIOS E DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	%
REMUNERAÇÕES E ENC. SOCIAIS	224.200	24%	71.204	12%
MATERIAIS E SUPRIMENTOS	317.671	33%	217.336	37%
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPAROS	173.982	18%	109.704	19%
SERVIÇOS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS	35.549	4%	17.851	3%
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	87.585	9%	101.388	17%
IMPOSTOS E TAXAS	7.068	1%	5.758	1%
DESPESAS FINANCEIRAS	1.073	0,11%	1.746	0,30%
DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO	102.323	11%	64.001	11%
TOTAL DAS DESPESAS COM GRATUIDADE	949.450	100%	588.987	100%

Em comparação ao ano de 2024, a aplicação de receitas próprias e receitas com Parcerias com Entidades sem fins Lucrativos aumentou em aproximadamente 61,20% Prestação de contas de subvenções governamentais

A Entidade prestou contas aos órgãos convenientes, dos auxílios, subvenções e contribuições repassados para a Entidade, em conformidade com as exigências contidas nas instruções 01/2020, atualizadas pela Resolução 23/2022 do TCESP – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que tem a atribuição constitucional de apreciar as prestações de contas.

9. Isenção de contribuições para a seguridade social e pis sobre a folha de pagamento.

- I. **INSS PATRONAL:** O valor de isenção de contribuições para a seguridade social usufruída relativa à cota patronal INSS + RAT + TERCEIROS, com fulcro nos requisitos estabelecidos pelos artigos 3º da LC nº 187/2021, perfizeram no ano de 2025, o valor de R\$ 574.845, integralmente aplicado na Área da Educação.
- II. **PIS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO:** O valor de isenção de contribuições de PIS sobre Folha de Pagamento se baseia na decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário nº 636.941/RS e na Consulta Cosit. 173 de 13 de Março de 2017 da Receita Federal - em razão conjunta do disposto no art. 19 da Lei nº 10.522, de 2002, na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2014, e na Nota PGFN/CASTF/Nº 637/2014, perpez no ano de 2025 o valor de R\$ 35.134, integralmente aplicados na Área da Educação.

CASA DA CRIANÇA MEIMEI



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(em milhares de reais)

Diretoria,

PASCOA COLLI TOZONI

PRESIDENTE

JAIRO PARADA JUNIOR

TC CRC 1SP235188/O-8